

BIBLIOTECAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES E AMBIVALÊNCIAS

Esp. Cida Fernandez
Centro de Cultura Luiz Freire/Centro de Desenvolvimento e Cidadania- CDC
fernandezcida@gmail.com

MS. Gilvanedja Mendes
Assessora de Literatura –SECULT-PE/Fundarpe
Especialista em Gestão Cultural – IHAC/UFBA
gilvanedja@gmail.com

Dra. M^a Cristina Guimarães Oliveira
Professora do PPGCI/DCI/UFPE e da Universidade Católica de Pernambuco macol55@uol.com.br

Resumo: O trabalho analisa formas de atuação dos programas que envolvem as políticas culturais, sobretudo os que dizem respeito às bibliotecas públicas, observando os atores que vêm interferindo na aplicação dessas políticas. São questionados quais vetores são possíveis para se pensar políticas culturais na atualidade quando vivemos, simultaneamente a complexificação das tramas socioculturais e seu esgarçamento? Noutro enfoque observa as formas de gestão, que devem considerar as demandas do ambiente territorial e o urbano, como surgem em seu espaço econômico e sociocultural, vinculando-se aos objetivos de desenvolvimento, os aspectos econômicos, sociais e culturais. Assim, faz-se necessário redefinir a noção de cultura e compreendê-la não como entidade que diferencia uma sociedade da outra, mas como sistema de relações de sentido que identifica diferenças, contrastes e comparações e é o veículo ou meio pelo qual se estabelece a relação entre os grupos; para corrigir desigualdades, reconhecer as diferenças e incluir os desconectados – numa sociedade onde a informação e o conhecimento são eixos definidores da inclusão dos sujeitos para compreender os processos em que se dão, sem o que é impossível propor alternativas. Procurou-se analisar o Brasil e sua reconstrução, não apenas no resgate da dívida social, cujas exigências são espantosas e demandam ações governamentais incisivas; mas, a conscientização da sociedade, pois a luta pela emancipação humana é tarefa de todos. Encontramo-nos, como cidadãos, diante da tarefa de erguer uma crítica ao sistema social e à cultura prevalecente, buscando-se um modelo de desenvolvimento que possa beneficiar o coletivo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Bibliotecas Públicas. Cultura. Sociedade. Desenvolvimento.

Introdução

Como a luta pela emancipação é uma tarefa de todos, na análise do panorama mais geral que envolve as políticas culturais, sobretudo as que tratam de bibliotecas públicas, buscamos apoio nas

ideias de Williams (1992) que são essenciais para o entendimento dos estudos culturais, pois defende a percepção de cultura como um conjunto de formas peculiares, sempre relacionadas às situações histórias específicas e a ordem social vigente. Isto porque a questão cultural é uma temática ambivalente e na perspectiva da cultura está interligada à informação, pela própria natureza de cada uma, porquanto se refere também à adequada falta de informação e a dificuldade para o seu acesso, comprometendo significativamente a vida das pessoas.

Sendo assim, entende-se que a informação é “um elemento fundamental, pois permite aos indivíduos, em seu meio social, tomarem ciência dos seus direitos e deveres e a partir disso, decidirem sobre suas vidas” (ARAÚJO, 1999, p.155)

O desenvolvimento de qualquer sociedade passa pela informação; pois quando acessa, dissemina e usa a informação e a cultura, o sujeito cria um elo com o passado e o presente, desenvolvendo uma forte identificação com a cultura local e nacional que o ajuda a se projetar no futuro.

Considera-se ainda que a cultura é uma grandeza do desenvolvimento, trabalhar pelo seu aumento é dever do Estado, já que essa amplitude atinge o saber, condição essencial para a participação do cidadão no mundo. Trabalhando com informação na perspectiva da cultura, Marteleto (1995) mostra que cultura e informação são fenômenos interligados. Especialmente porque, o vínculo social e o vínculo cívico se confundem e se afirmam como uma marca que irá caracterizar o conteúdo e a expressão das políticas sociais.

Assim, é possível entender como essencial o fortalecimento de políticas de cultura e de informação, já que esta é imprescindível para a elaboração e avaliação de ações políticas; especialmente determinante nos processos de construção de cidadania; e matéria fundamental para a elaboração e reflexão sobre a realidade social, o que poderá contribuir para a preservação da sociedade e o cultivo local de uma identidade que carrega em si a história dos acontecimentos.

Não se perderá de vista que fazer uso da informação recebida, dependerá sempre do acesso e uso a essas informações. Inclusive porque, no que se refere à política e à informação se aponta que em certas comunidades mais populares, usuárias em potencial de bibliotecas públicas.

Está presente uma opção política por um tipo de informação. Supõe-se pressuposto, um processo de participação que assegure a interlocução, a crítica, o consenso e, fundamentalmente, a implementação de medidas de interesse coletivo (OLIVEIRA, 2008).

Aproximações e Ambivalências

Na tentativa de se buscar um entendimento sobre a evolução do sistema sócio-político-contemporâneo, políticas públicas de bibliotecas inclusas, muitas leituras são realizadas para o enfrentamento das diferenças encontradas na sociedade. O trabalho abstrato, o trabalho alienado *versus* o trabalho emancipado entre a sociedade de classes, da exploração do trabalho alheio e a busca pela sociedade de livres produtores associados, também são objeto de preocupações.

A falta de trabalho é, portanto, um reconhecimento, trata-se de um problema coletivo da sociedade; mas se observa, como já é de domínio público, a classe produtora se queixar da falta de capacitação para o trabalho de um número razoável de trabalhadores. Vê-se, portanto que,

Seja no âmbito individual ou coletivo, a informação tornou-se bem desejável e, cada vez mais, adquirível. O acesso à informação e ao conhecimento tornou-se indispensável não somente ao mundo do trabalho, mas para o desenvolvimento da cidadania, para a produção da cultura e da arte, para propiciar processos de inclusão social (RAMOS, 2008, p.26).

Neste sentido, as bibliotecas públicas poderiam, através do fortalecimento de suas atividades, contribuir para estudos, capacitação e a melhoria do padrão cultural de uma classe menos favorecida, que precisa de programas especiais para a própria capacitação.

Sendo uma realidade a falta de oportunidades de trabalho, a tomada de consciência será então, uma ocasião para o enfrentamento dessa ambivalência, partindo-se necessariamente da educação e capacitação.

Burity (2002) comenta que essa falta de recursos generalizada nos últimos anos no país trouxe “um holismo de carências” que precisa ser enfrentado pela sociedade, sobretudo no acesso à educação, que mesmo oferecida a amplos setores, não contém uma proposta político-pedagógica nem ética, para que se conquiste a democracia plena, como defende Hurtado, já em 2000.

Ainda na perspectiva de Hurtado, só a educação popular pode possibilitar uma cultura de participação a amplos segmentos da sociedade, cuja capacidade para decidir favoreça escolhas e alternativas.

Caberia discutir, no âmbito dessas ambivalências presentes na sociedade brasileira, os comentários realizados por Freitas e Silva (2014) sobre o panorama das bibliotecas públicas brasileiras. Nesse trabalho as autoras mencionam o *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*¹, realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, cujos resultados apontam para uma realidade adversa e desvendam o lamentável estado em que essas organizações se encontram; ou seja, mesmo que organismos internacionais discutam e lamentem, a realidade das bibliotecas públicas brasileiras continua muito controvertida.

Embora o Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas (1994) defenda que elas atuem como um centro de informação para a coletividade, um espaço que se abre para o lazer; e de preservação da memória, sabe-se que a biblioteca pública ainda permanece distante dessas formas de ação.

¹ O *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, sob a orientação e diretrizes do Ministério da Cultura – Minc, e teve como principal objetivo fazer um mapeamento e levantamento sobre as condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais brasileiras.

Os estudos existentes sobre as bibliotecas públicas apontam que a maioria dos governos estaduais e municipais quase sempre explicam que os poucos investimentos no segmento se deve à falta de recursos. Contudo, continuam, por vezes, dando prioridade a realizações menos importantes, cuja relação, quase sempre polêmica, entre o custo e o benefício, a biblioteca ora surge como um supérfluo caro ou como uma necessidade relativamente barata, de acordo com a ótica dos gestores públicos.

Milanesi (1989) já afirmava que a questão do espaço é complexa, pois dependendo da visão que se tem da biblioteca, alguns gestores arquitetam um espaço que se resume basicamente em dois ambientes: o depósito de livros e o local de leitura, além de salinhas secundárias, sendo raro se pensar a biblioteca como um espaço para a circulação de pessoas entre informações (livros, revista, vídeo, palestra, filme, recital, jornal...). Os poucos investimentos, com a parte da arquitetura é justificado, às vezes, pela ideia de que fazer cultura não exige, necessariamente, grandes investimentos.

Outro problema destacado por Milanesi (1989), ainda na década de 1980, que continua afetando diretamente o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras é a mão-de-obra, já que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras não possuem bibliotecários em seus quadros de funcionários. Quem exerce a função geralmente são funcionários das prefeituras sem a formação e os requisitos adequados para tal, além da falta de formação contínua dos mesmos. Há ainda, a questão dos professores readaptados que por algum problema, geralmente de saúde, são afastados das salas de aula e lotados nas bibliotecas.

Os gestores públicos de muitas secretarias de educação e cultura dos municípios brasileiros afirmam que o piso salarial de um bibliotecário estaria acima das possibilidades do orçamento, e que por isso, optam pelos professores readaptados, sendo poucos os casos em que o bibliotecário é contratado para atuar na rede escolar ou para prestar serviços juntos às bibliotecas municipais. O resultado disso é uma distorção profissional que leva a um desempenho insuficiente por parte de funcionários, mesmo aqueles com disposição e atuantes dentro desses espaços, mas sem as bases necessárias para desenvolver um trabalho menos improvisado.

Porém, conforme Milanesi (1989) já apontava há décadas atrás, não será possível chegar a essa biblioteca sem a participação forte da coletividade, ainda que o Estado deva estar presente, dando apoio quer na parte material, quer na coordenação, pois muitas bibliotecas caem nos municípios como um presente, sem que a população seja consultada, sem que haja discussão.

Por isso, o papel das bibliotecas, da informação e da educação contém um reconhecimento da relevância de cada um desses elementos, vinculados ao contexto social, sobretudo, para assegurar o direito que todos devem ter de buscar e levar informações, que fortaleçam ações políticas dos sujeitos sociais.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Finalizando-se caberia destacar que a formação dos profissionais precisa ser totalmente repensada considerando as demandas de uma “sociedade em rede”, das tecnologias disponíveis, do acesso à rede

mundial de computadores em cada comunidade; das competências que precisam ser desenvolvidas para que cada pessoa seja sujeito de sua própria formação e a biblioteca funcione de fato como um equipamento que viabiliza o fortalecimento da autonomia e a consequente – não inclusão – mas sim emancipação social.

Nesse sentido, concordando com Nuñez (2002) é importante saber que biblioteca queremos, que biblioteca consideramos a mais adequada aos nossos usuários, qual vai ser o funcionamento da mesma e cada uma de suas atividades e serviços. Contudo, isso requer conhecer a fundo a cidade e o tipo de biblioteca que vamos planejar e outras características, como tipo de usuários tanto reais como potenciais, para adaptar a biblioteca a essas características (...). A partir desse tipo de levantamento de dados e análise das características sociais, políticas e culturais presentes nas comunidades é que podemos planejar e implementar políticas culturais, programas e ações desenhados e projetados para de fato atender às reais necessidades das pessoas e suas comunidades.

Ainda conforme Milanesi (1989, p. 103), o esforço deverá ser no sentido de “incrementar a biblioteca, transformando-a efetivamente num centro onde não apenas se tem o acesso à produção cultural da humanidade, mas onde também se produz cultura”, pois, na medida em que a biblioteca assume a função de casa da cultura, que mantém uma infraestrutura que permite o exercício de uma série de atividades no campo das artes, torna-se claro que a biblioteca abrigue também o fazer. Isso significa uma transformação radical, uma vez que ela sempre se caracterizou como uma instituição que organiza a informação, colocando-a a disposição do público. Agora o que se propõe é a transformação da biblioteca em um espaço que permita a liberdade de acesso à informação como um direito humano para o exercício do pensamento e do fazer criativo, especialmente que as políticas públicas sejam firmadas para garantir tais procedimentos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p.155-167, 1999.

BURITY, J. Um novo espaço público entre os pobres? Identidade coletiva e associativismo local no nordeste brasileiro. In: **Polifonia da Miséria**: uma construção de novos olhares. Recife: CNPQ; BNB; FJN/ Ed. Massangana, 2002.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

FREITAS, M.A. de; SILVA, V. B. da. Bibliotecas Públicas Brasileiras: panorama e perspectivas. **Biblioteconomia, Ciência da Informação**, campinas, v.12, n.1, p.123-146, jan. /abr.2014.

HURTADO, C.N. **Educação Popular**: participação, exclusão na América latina hoje. Recife: NUPEP/Bagaçó, 2000

MARTELETO, R. Cultura, educação e distribuição social de bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1995.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 94).

OLIVEIRA, M.C.G. O uso social de informação na RDSA. **ENANCIB**, 9. São Paulo, Anais, 2008.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.